

# O FIM DA HISTÓRIA E O ÚLTIMO HOMEM

(Francis Fukuyama)<sup>1</sup>

Hanen Sarkis Kanaan<sup>2</sup>

Francis Fukuyama escreveu o “Fim da História e o Último Homem” no começo da década de 1990, época em que o mundo atravessava uma séria crise ideológica. Depois de aproximadamente 70 anos de avanços, o socialismo começa a perder espaço político para a democracia e o capitalismo. A URSS está se despedaçando, a Alemanha inicia um processo de unificação, os demais países socialistas do Leste Europeu também se democratizam e se aliam ao capitalismo internacional. O modelo capitalista, a democracia e o liberalismo econômico aparecem como a melhor alternativa de sobrevivência para os países recém-democratizados. Qual seria a perspectiva para o mundo agora?

A partir da crise do socialismo, que provocou o avanço do capitalismo no mundo, o autor faz uma análise histórica e econômica do homem mostrando o modelo econômico liberal como o melhor caminho para os países civilizados, o último estágio de avanço econômico mundial. Para defender suas idéias, o autor cita argumentos de filósofos importantes tais como Locke, Kant, Marx, Rosseau e Hegel.

O autor sustenta que o liberalismo econômico seria o ápice da evolução econômica da sociedade contemporânea. Esta viria acompanhada da democracia e da igualdade de oportunidade. Todos seriam livres e capazes de conquistar os seus objetivos.

A democracia apenas seria possível para os países desenvolvidos economicamente com um processo de industrialização já consolidado. Os demais países, pobres e “atrasados”, estariam vulneráveis aos regimes totalitários, ao socialismo, ou ainda, aos regimes democráticos dependentes dos países desenvolvidos.

---

<sup>1</sup> Francis Fukuyama nasceu em 27 de outubro de 1952 na cidade de Chicago. É PhD. em Ciência Política pela Universidade de Harvard. Atualmente é professor de Economia Política Internacional da Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, na Johns Hopkins University, EUA. Entre 1996 e 2000, foi também professor de Políticas Públicas na George Mason University, EUA. Especialista em questões políticas e militares da Europa e do Oriente Médio, Fukuyama já integrou o Conselho de Planejamento Político do Departamento de Estado norte americano. Atualmente, ele é membro do conselho presidencial de Ética em Biotecnologia, dentre diversos outros títulos e cargos de prestígio internacional. Seu primeiro livro, “O fim da história e o último homem” (1991), figurou nas listas dos mais vendidos em diversos países, como EUA, França, Japão e Chile, e ganhou o Los Angeles Times Book Critics Award e o Prêmio Capri na Itália. Outros livros de sua autoria são “Confiança” (1995), “A grande ruptura” (1999) e o “Nosso futuro pós-humano”.

<sup>2</sup> Licenciada em história pela Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC) e Especialista em Políticas Públicas pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

O “fim da História”, último estágio de avanço econômico, não significaria o fim da história social ou fim dos acontecimentos naturais como vida ou morte, mas sim, uma sociedade tecnológica que pudesse suprir todas as necessidades humanas. Atingindo este estágio, ocorreria o fim do desenvolvimento dos princípios e das instituições básicas, pois todas as questões realmente importantes estariam resolvidas. Para Fukuyama, esta previsão também foi feita pelos filósofos Hegel e Marx.

Tanto para Hegel quanto para Marx a evolução das sociedades humanas não era ilimitada. Mas terminaria quando a humanidade alcançasse uma forma de sociedade que pudesse satisfazer suas aspirações mais profundas e fundamentais. Desse modo, os dois autores previam o ‘fim da História’. Para Hegel seria o estado liberal, enquanto para Marx seria a sociedade comunista. (FUKUYAMA, 1992, p. 12)

Segundo Fukuyama (1992, p. 12), “a democracia liberal continuaria como a única aspiração política corrente que constitui o ponto de união entre regiões e cultura diversas do mundo todo”. Não haveria precedente para os níveis de desenvolvimento proporcionados, tanto para os países industrializados quanto para os países pobres. Estes últimos receberiam uma série de investimentos sociais visando uma igualdade de oportunidades a todos os cidadãos do mundo.

O que difere o homem dos outros animais, para o autor, é a necessidade de reconhecimento, de mostrar que é diferente ou mais forte que os demais de sua espécie. Seria, então, esta vontade de reconhecimento o que faria o homem evoluir social e tecnologicamente. Como afirmou Hegel, o homem luta por prestígio para poder se destacar entre os demais homens.

Hegel associaria o “fim da história” com a Revolução Francesa. A luta pelo reconhecimento, neste caso, estaria satisfeita em uma sociedade caracterizada pelo reconhecimento universal e recíproco. Não haveria mais ajustes nas instituições sociais humanas capazes de satisfazer esta aspiração. Portanto, não seria mais possível nenhuma outra mudança histórica progressiva.

O autor concorda com Hegel, visto que:

à medida que se revelam os padrões de vida, à medida que as populações se tornam cosmopolitas e melhor educadas, e à medida que a sociedade como um todo conquista uma condição de maior igualdade, o povo começa a exigir não apenas mais riquezas, mas reconhecimento de seu status. (FUKUYAMA, 1992, p. 13).

Nesta perspectiva, o comunismo estaria em desvantagem em relação à democracia liberal, pois não abriria espaço para satisfazer o desejo individual das pessoas de obter reconhecimento. As pessoas estariam limitadas em sua capacidade de serem reconhecidas pelos outros de seu meio. A limitação do crescimento econômico e o poder de consumo igualitário criariam uma frustração no indivíduo. Este passaria a desejar outras opções de modo de vida e de governo que saciassem sua busca por um padrão de consumo diferenciado.

O desejo de reconhecimento não se manifesta apenas nos indivíduos. Mas também nas nações. Estas travam duelos para serem reconhecidas como mais poderosas. As nações desenvolvidas caminham em direção ao imperialismo e à conquista do mundo. Durante a maior parte do século XX, estes duelos foram protagonizados pelos EUA e pela URSS. Conseqüentemente, também estava em jogo a democracia liberal e o socialismo.

Para o autor, um mundo composto de democracias liberais ofereceria menor ânimo para a guerra, visto que haveria o reconhecimento recíproco da legitimidade entre todas as nações.

As atrocidades cometidas nas guerras, onde a tecnologia bélica foi utilizada como instrumento de opressão e morte para milhares de pessoas, gerou um grande pessimismo ao longo do século XX. Para se defender dessas guerras, as democracias liberais, geralmente representadas por governos autoritários, adotaram estratégias militares que causaram verdadeiros genocídios. Pode-se citar o bombardeio de Dresden e o de Hiroshima. A sociedade passou a viver à sombra das conseqüências terríveis dos avanços tecnológicos.

Fukuyama (1992, p. 20) afirma que “a capacidade da tecnologia de melhorar a vida humana depende estritamente de um processo moral paralelo ao do homem. Sem este processo, o poder da tecnologia será usado para o mal e o homem ficará pior do que antes.” As discussões em torno do progresso histórico envolvem o conhecimento das tendências da humanidade. Para a maioria dos europeus do século XIX, este progresso apontava na direção da democracia liberal. Durante o século XX, verificou-se que este fato não se tornou uma realidade mundial. Os próprios ocidentais iniciaram uma reflexão sobre a questão da democracia ser ou não uma aspiração de toda a humanidade, visto que ainda no final do século XX tantos governos se opunham a ela.

As mentes mais moderadas e sérias deste século não vêm razão para pensar que o mundo caminha para o que nós, no Ocidente, consideramos como instituições políticas descentes e humanitárias, ou seja, a democracia liberal. (FUKUYAMA, 1992, p. 29-30).

Governos não democráticos também podem ser legítimos aos olhos de uma nação a partir de ações de impacto social positivo, tais como a reforma agrária, o aumento do nível de alfabetização, a oferta de bons serviços de saúde pública, entre outros. Tais medidas, segundo o autor, garantiriam estabilidade e legitimidade aos governos socialistas, especialmente nos países mais pobres. No início da década de 1980, poucos analistas políticos poderiam prever a instabilidade revolucionária na China ou na URSS no final da mesma década.

A participação do Estado na economia e sua intervenção na área social diferem conforme o tipo de governo e os interesses que ele representa. De acordo com Fukuyama (1992, p. 42): “Numa democracia liberal o Estado é, por definição, fraco: a preservação de uma esfera de direitos individuais significa uma delimitação nítida do poder do estado”. Os regimes autoritários, pelo contrário, usam o Estado como instrumento de controle da esfera privada, e utilizam este controle de acordo com os seus interesses, seja para promover a igualdade social ou para desenvolver a economia do país. Tal ação garantiria a legitimidade de um regime mesmo que este não tivesse o apoio de toda a população. O autor cita como exemplo, os governos militares na América Latina e o regime de Sadam Hussein no Iraque.

Durante o século XX, a humanidade conviveu com regimes totalitários. O conceito de regime totalitário foi criado no final da Segunda Guerra Mundial para distinguir os regimes tirânicos, na Alemanha nazista e na própria URSS, dos regimes democráticos, nos EUA, na Inglaterra ou na França.

Afirma ainda Fukuyama (1992, p. 45) que “o estado totalitário pretendia refazer o próprio homem [...], mudando a estrutura de suas crenças e valores por meio do controle da imprensa, da educação e da propaganda.” Desta forma, o principal objetivo era forçar a crença em seus cidadãos que estes viviam no melhor regime do mundo, e sendo assim, deveriam desprezar e temer outras formas de governo. O autor cita como exemplo a URSS, onde os cidadãos aceitavam seu governo pelo desejo de segurança, ordem e autoridade, além de benefícios extras que o regime soviético conseguiu através de sua grandeza imperial e *status* de superpotência. No entanto, estes regimes fracassam no controle do pensamento humano. Mesmo durante um governo autoritário, a população conserva sua forma própria de pensar e agir. Após a expectativa e o deslumbramento inicial, o cidadão percebe que suas necessidades ultrapassam o que o Estado pode oferecer e que este também não é tão justo quanto parece.

No caso da URSS, o povo soviético compreendia que em sua sociedade, teoricamente sem classes sociais, havia surgido uma classe social tão privilegiada e corrupta

quanto a que havia no antigo regime. Os burocratas do Estado utilizavam a estrutura governamental para defender os seus próprios interesses. Estes países, devido às pressões internas e externas, são conduzidos à democracia, tal como aconteceu com a URSS, ou ainda, optam por fazer algumas concessões ao capitalismo e se modernizam, como no caso da China. Em relação à China, verifica-se um exemplo de país que manteve o regime, mas conseguiu atrair investimentos internacionais tornando-se tão competitivo quanto o Japão e outros países do leste asiático.

Para Fukuyama (1992, p. 70), “o direito de participar do poder político pode ser considerado como outro direito liberal, na verdade, o mais importante, e é por isto que o liberalismo tem sido historicamente associado à democracia”. Portanto, é bastante provável que países como a China, a Coreia do Norte ou, ainda, as teocracias islâmicas, não resistam por muito tempo. O mundo caminha através da globalização para uma economia liberal. Esta transformação pode ocorrer de forma pacífica ou por imposição dos países ricos, que precisam de países pobres liberais, democráticos e globalizados para manter suas economias e seu nível de desenvolvimento.

Dos diferentes tipos de regimes surgidos no curso da história da humanidade, desde monarquias e aristocracias até as teocracias religiosas e as ditaduras fascistas e comunistas deste século, a única forma de governo que sobreviveu intacta até o fim do século XX foi a democracia liberal. (FUKUYAMA, 1992, p. 80).

Não haveria hoje nenhuma ideologia apta a desafiar a democracia liberal nem princípio liberal de legitimidade que não seja a soberania do povo.

Kant sugeria que a história teria um ponto final, um objetivo que estava implícito nas potencialidades do homem. Tal ponto final seria a conquista da liberdade do homem. Em se tratando de um pensador liberal, tal liberdade existiria a partir da constituição perfeita de uma sociedade justa e liberal.

A democracia pode, no entanto, funcionar de forma mais eficiente em países mais avançados política e economicamente. Exemplo disto é a situação atual do continente americano. Segundo Fukuyama (1992, p. 98):

Enquanto a América do Norte herdou a filosofia, as tradições e a cultura da Inglaterra liberal que emergiu da gloriosa revolução, a América Latina herdou muitas instituições feudais da Espanha e Portugal dos séculos XVII e XVIII.

Nestes últimos, o modelo de governo nitidamente permitia às coroas espanhola e portuguesa controlar as atividades econômicas de suas colônias, conforme seus interesses.

O modelo de controle do Estado na economia persiste até hoje. As empresas públicas, não apenas no Brasil, como também nos demais países do Terceiro Mundo, controlam os principais setores da economia. Para Fukuyama (1992, p. 139), “No Brasil, o Estado não somente controla os correios e as comunicações, como também produz o aço, explora minério de ferro e potássio, faz prospecções de petróleo [...]”. Os empregos gerados em empresas públicas geralmente tem um caráter clientelista e político, o que prejudica, na maioria das vezes, a capacidade de produção destas empresas e onera o Estado. Numa economia liberal, problemas comuns em economias socialistas ou de países de Terceiro Mundo dificilmente aconteceriam, pois é a iniciativa privada que detém o controle da economia.

Mesmo em países economicamente desenvolvidos como os EUA ou a França, também há uma parte da população que trabalha apenas para satisfazer suas necessidades básicas. Ainda assim, esta parte da população atingiu um padrão de vida e de consumo relativamente superior ao de pessoas de classe média nos países de Terceiro Mundo. Este fato não significa que o americano ou francês tenha um nível de satisfação maior do que os povos da África ou do sul da Ásia. Apesar de terem as necessidades básicas satisfeitas, há um desejo de ascensão social e econômica sempre presente. De acordo com o liberalismo econômico, esta ascensão representada pelo aumento de consumo simboliza o reconhecimento.

As populações dos países em desenvolvimento econômico comparam sua situação com a das sociedades de países ricos e se enfurecem por conta disto. O mesmo nível de vida e de consumo é almejado pelos menos favorecidos. A pobreza destes parece alimentar a superioridade dos países ricos.

De acordo com Fukuyama (1992, p. 197): “A vida na democracia liberal é, potencialmente o caminho para a grande abundância material [...]. O Estado liberal democrático nos valoriza em nosso senso de dignidade”. Ele nos mostra que há oportunidades iguais para todos e o que o sucesso material depende apenas de nossa força de trabalho e determinação para atingir os objetivos. Cria-se no imaginário a idéia de que somos livres, e esconde-se a situação real de dominação das elites na força de trabalho dos demais cidadãos. O trabalhador que já era escravo de um senhorio, agora passa a ser escravo de suas próprias necessidades, e estas vão desde as necessidades básicas até as que a própria sociedade impõe. No mundo ocidental, a sociedade esteve dividida entre senhores

e escravos e agora, na sociedade moderna, a escravidão se dá pela necessidade de reconhecimento. Os mais reconhecidos, por questões econômicas ou sociais, dominam os menos reconhecidos. O critério de reconhecimento é definido em uma área de influência, visto que os países ricos geralmente dominam apenas um grupo de países, limitando sua influência nesta região.

Para Fukuyama (1992, p. 249), a universalidade do estado liberal resolveria os conflitos de classe e traria melhores condições econômicas para grupos sociais ou países, pois seria garantido o reconhecimento a todos os cidadãos. “Qualquer criança nascida nos EUA teria os mesmos direitos em todos os estados liberais”. As leis surgiriam de normas universais adotadas em todos os países de economia e democracia liberal, proporcionando a todos, independente de classe social ou nível de instrução, o direito ao exercício pleno da cidadania.

Embora haja o aparecimento de novas classes sociais baseadas no *status* econômico e educação, a mobilidade entre estas também seria maior. A idéia de igualdade estaria fortalecida.

A razão pela qual a democracia liberal não se tornou universal, nem permaneceu estável, uma vez no poder, está, em última instância, na falta de uma completa correspondência entre os povos e os Estados. Os Estados são criadores de políticas internacionais, enquanto que os povos são comunidades morais pré-existentes. (FUKUYAMA, 1992, p. 261).

Isto significa que nem sempre os estados contemplam os valores morais de um povo e, no caso do estado liberal, uma parcela da população mundial representada pelos povos não ocidentalizados discorda ou não se sente representada com sua política.

Fukuyama (1992, p. 261) afirma que “os estados se sobrepõem aos povos. Em alguns casos, o estado forma o povo, moldando uma consciência democrática entre os vários povos que formam os EUA”. Há também casos em que o Estado está em guerra com o seu povo, tal como a China e a Rússia comunista que procuravam converter à força toda a população para o ideal marxista.

O sucesso da democracia liberal está relacionado com uma série de fatores que o legitimam. A cultura pode ser uma forma de resistência à transformação de valores tradicionais em nome do liberalismo. A religião é outro possível obstáculo ao avanço da democracia liberal no mundo. O que fica evidenciado quando se considera, por exemplo, o fundamentalismo islâmico no Oriente Médio e sua veemente oposição à democracia liberal. Outro exemplo, é a enorme desigualdade social decorrente da instabilidade democrática em

países pobres e em desenvolvimento, como no caso da América Latina e nos países africanos.

Todos esses fatores – sentimentos de identidade nacional, religião, igualdade social, propensão para a sociedade civil e a experiência histórica de instituições liberais, coletivamente constituem a cultura de um povo. O fato de poderem os povos ser tão diferentes a esse respeito explica porque idênticas constituições democráticas liberais funcionam bem para alguns povos, mas para outros não, e também porque o mesmo povo que rejeita a democracia numa época, a adota sem hesitação em outra. (FUKUYAMA, 1992, p. 268).

As condições sócio-econômicas de um país podem criar uma situação desfavorável à implantação da democracia liberal. Em países pobres há um ciclo de dependência em todos os setores, seja na agricultura, na educação ou na indústria. Estes países dependem das democracias liberais para comercializar os seus produtos.

O autor destaca que há pré-condições culturais e sociais para que a democracia liberal seja implantada em um país. O povo deve estar preparado para aceitar as idéias liberais e viver de acordo com suas regras.

Nos Estados Unidos, Tomas Sowell, apontou as acentuadas diferenças de renda e educação entre os descendentes de negros que emigraram voluntariamente das índias ocidentais e os que foram trazidos diretamente da África como escravos. Essas diferenças sugerem que o desempenho econômico está relacionado não exclusivamente com as condições ambientais como a presença ou ausência de oportunidade econômica, mas também com as próprias diferenças de culturas dos grupos étnicos. (FUKUYAMA, 1992, p. 275)

No entanto, países como a Índia ou a URSS que, supostamente, não teriam estas precondições, conseguiram implantá-la com sucesso.

O modelo de estado proposto pelo autor apareceria como o fim da História, seria o ápice da evolução econômica da humanidade. Todos os países mesmo com suas características e leis adequadas a cada realidade, atingiriam um certo nível de desenvolvimento econômico que proporcionaria mútuo reconhecimento, haveria respeito às diferenças e, conseqüentemente, o fim dos conflitos. A democracia liberal superaria todas as outras estruturas econômicas e sociais de Estado. Esse novo mundo baseado na vitória do liberalismo sobre o socialismo, primaria pela liberdade e pela fartura de todos os povos que dele fizessem parte. O maior representante desse sucesso seria os EUA.



O conturbado cenário mundial levanta alguns questionamentos. Até que ponto a democracia liberal é legítima para todos os povos? O modo de vida americano seria o desejo de toda a população mundial? A democracia liberal realmente representa os ideais de liberdade e oportunidade?

A prova de que a democracia liberal não é legítima para todos os povos é a explosão de conflitos étnicos e religiosos ao longo da segunda metade do século XX. Presenciamos o crescimento da intolerância e de novas polarizações ideológicas. Se antes o “eixo do mal” era personificado pelo socialismo soviético, agora ele encontra um novo foco, os terroristas do Oriente Médio.

A política externa americana tem encoberto um perfil claramente expansionista. Os pretextos utilizados para os bombardeios preventivos no Iraque não escondem o real interesse econômico de reformular a geopolítica da região em busca de governos mais amigáveis aos EUA. Se houvesse preocupações humanitárias legítimas, a nação americana teria tomado atitudes veementes contra o genocídio étnico promovido por Milosevic na Iugoslávia, ou também, não faria vista grossa para os ataques contra alvos civis palestinos promovidos pelo governo de Israel. Cabe ressaltar, que o número de crianças que morreram no Iraque durante o embargo econômico a partir de 1991 é igual ao número de vítimas do ataque de 11 de setembro.

O atual governo Bush reavivou a política externa unilateral. Com apenas um ano de governo, se retirou de quatro importantes acordos internacionais. Primeiramente, foi o Protocolo de Kyoto, um acordo para a diminuição do efeito estufa. Retirou sua assinatura de um documento que estabeleceria a Corte Internacional Criminal. Rompeu com o Tratado de Mísseis Antibalísticos que tinha com a Rússia. E, finalmente, diminuiu a remessa de medicamentos e alimentos para a Coreia do Norte, o que fazia parte de um acordo com este país para que ele interrompesse o seu programa nuclear.

A democracia liberal que deveria, segundo Fukuyama, ser uma vontade legítima de todos os povos é imposta a força para os governos que ousam desafiar-la.

O homem do liberalismo acredita que seu trabalho vai lhe proporcionar bem estar, respeito junto a sua comunidade, dignidade e alto padrão de consumo. A tão proclamada liberdade do cidadão americano resume-se ao acesso aos bens de consumo. No entanto, esta liberdade não existe quando se opta por questionar a atuação do governo e das instituições oficiais. Todos os jornalistas que se posicionaram contra a política externa americana foram acusados sumariamente de serem antipatriotas. O mesmo ocorreu com a BBC londrina, que

foi alvo de fortes protestos quando ousou questionar a participação da Inglaterra na invasão do Iraque.

A globalização tem criado uma idéia de um mundo sem fronteiras e apresenta a democracia liberal como o melhor modelo de governo, visto que as nações que obtiveram sucesso econômico adotaram o mesmo. O maior desafio do século XXI talvez seja conviver e respeitar as diferenças dos povos. A miséria e a opressão devem ser combatidas independente das posturas políticas, crenças e etnias. A tecnologia pós-moderna deve ser utilizada em benefício de toda a humanidade e não contra ela.

### **Referências**

FUKUYAMA, F. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Endereço:  
Rua Jardim dos Eucaliptos, 505/05 – Campeche  
Florianópolis / SC  
E-mail: hanen@ig.com.br

Recebido em: 07/2004  
Aprovado em: 05/2005